Dino: minuta prova orquestração

Ministro da Justiça diz que documento encontrado na casa de Anderson Torres configura mais cabalmente a existência de uma cadeia de responsáveis pelos atos extremistas. E anuncia que pedirá a extradição do ex-secretário, se ele não se entregar até segunda-feira

» VICTOR CORREIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, atualizou, ontem, as ações que estão sendo tomadas pela pasta para investigar, punir e prevenir atos extremistas por parte de apoiadores de Jair Bolsonaro. De acordo com ele, as apurações apontam para uma cadeia de autores, financiadores e incitadores que nem estavam em Brasília, mas que contribuíram para a tentativa golpista.

O elo supostamente inclui o ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres, que deixou o país na véspera das manifestações e que é acusado de ter sabotado o comando da operação de segurança.

Em coletiva após solenidade no Palácio da Justiça — em que homenageou forças de segurança envolvidas na operação de defesa da democracia (**leia reportagem na página 13**) —, Dino comentou a minuta de decreto presidencial encontrada durante operação de busca e apreensão feita pela Polícia Federal na casa de Torres, bem como a expectativa de que o ex-secretário se apresente à Justiça.

"Tivemos o anúncio pelo sr. Torres, dizendo que iria se apresentar. Não houve ainda apresentação da data, mas vamos aguardar até segunda-feira. Desejamos que isso ocorra", afirmou o ministro. "Caso isso não se confirme, por intermédio dos mecanismos de cooperação jurídica internacional, vamos deflagrar um pedido de extradição. A determinação que eu emiti ao dr. Andrei (Passos, diretor-geral da PF) é de que haja esse procedimento", acrescentou.

A minuta encontrada na casa de Torres tinha por objetivo decretar estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) para mudar o resultado das eleições. "A apreensão do documento em si mesma já é um fato relevante. É claro que isso constará no inquérito policial, porque configura ainda mais cabalmente uma cadeia de responsáveis pelos atos criminosos", enfatizou Dino. Torres, por sua vez, alegou que a minuta estava em uma pilha de papéis que seria descartada.

Questionado sobre possível participação de Bolsonaro nos atos terroristas, ou em tentativas de golpe de Estado, Dino respondeu que "o Ministério Público Federal (MPF) solicitou que as investigações se refiram ao sr. Jair Bolsonaro". "Não temos elementos ainda para afirmar que o sr. Bolsonaro é investigado, formalmente falando. Poderemos ter? Em tese, sim, claro."

Os mais de mil celulares encontrados com os bolsonaristas presos por participação direta no vandalismo estão passando por uma extração de dados. A intenção é avaliar vídeos, fotografias, mensagens e outros materiais que possam ligar os detidos aos atos criminosos de domingo. Peritos também coletaram amostras de DNA dos presos, que serão comparadas com materiais genéticos encontrados nas cenas de depredação, o que também podem estabelecer vínculos entre os suspeitos e os crimes.

O Ministério da Justiça trabalha, ainda, na investigação sobre membros das forças de segurança que podem ter facilitado a entrada dos bolsonaristas nos prédios públicos. "É indiscutível, a estas alturas, que houve algum tipo de adesão de forças de segurança. Infelizmente, envolveu a participação, voluntária ou por omissão, de agentes de segurança pública distritais ou federais. Adesão de alguns, vejam, não de todos", explicou Dino.

O ministro questiona se a adesão foi fruto de uma orientação prévia ou um "gesto de simpatia" de integrantes das forças pelo ex-presidente. No âmbito federal, as apurações estão sendo conduzidas pela PF. No distrital e nos estados, pelas corregedorias das próprias corporações.

Sobre possível participação de membros das Forças Armadas — como os da Guarda Presidencial, responsáveis por defender o Palácio do Planalto —, o ministro afirmou que a competência das investigações é apenas das três instituições, a menos que haja determinação em contrário da parte do Supremo Tribunal Federal (STF).

Acusações

Dino rebateu acusações de parlamentares bolsonaristas de que o governo federal se omitiu ou demorou a reagir ante a invasão da Esplanada. O deputado federal diplomado Nikolas Ferreira (PL-MG) pediu ao STF a prisão do ministro por suposta omissão intencional e alegou que a pasta já estava ciente das depredações antes dos fatos, inclusive por parte da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A solicitação foi arquivada, ontem, pelo ministro Alexandre de Moraes.

"Esse relato da Abin é ficcional. Todas as providências cabíveis ao Ministério da Justiça foram tomadas. Todas. Houve planejamento com as instituições federais", declarou. "Antes da invasão, era impossível colocar a PF aqui, seria ilegal. Era impossível colocar a Polícia Rodoviária Federal (PRF) aqui, seria ilegal. E seria impossível colocar a Força Nacional sem autorização", frisou.

Ele relatou que viu, da janela no Ministério da Justiça, a invasão aos prédios públicos e que imediatamente redigiu um pedido de intervenção militar. O documento, segundo disse, foi enviado ao presidente Lula, que estava em Araraquara (SP) e o assinou. O processo, conforme o ministro, demorou menos de uma hora.

Réplica da Constituição levada por vândalos é devolvida ao STF

Rosinei Coutinho/SCO/STF

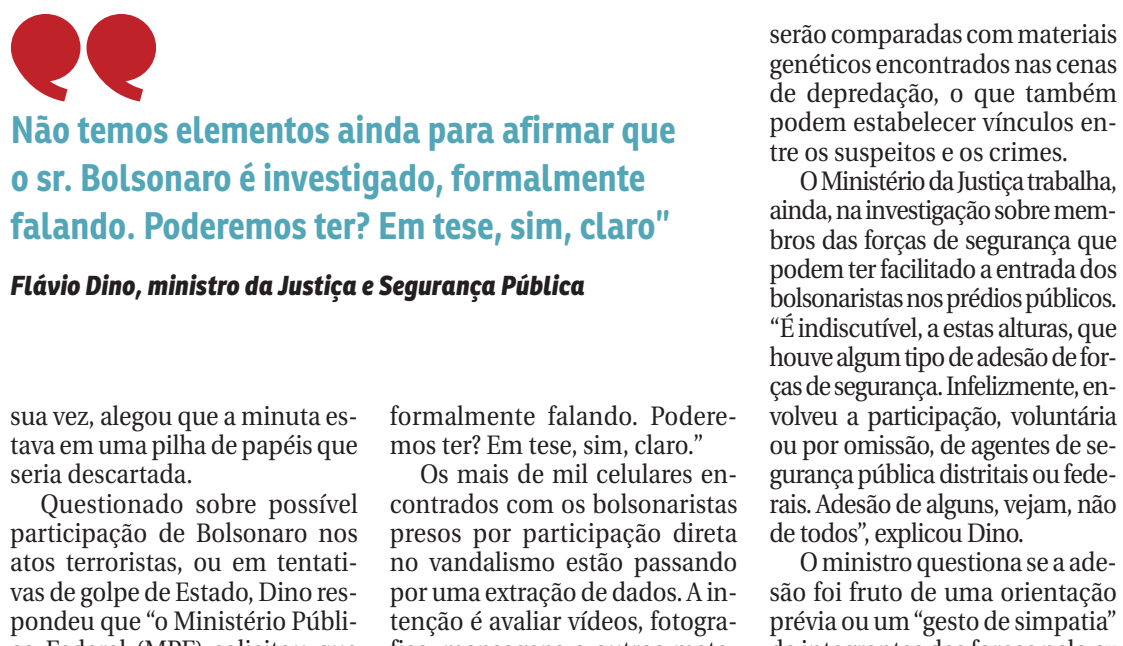
A réplica da Constituição de 1988 roubada pelos vândalos que invadiram o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF), no domingo, foi devolvida ao acervo da Corte. O exemplar ficava em exposição no Salão Branco. O livro foi recuperado pela Polícia Federal e entregue pessoalmente pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, à presidente do STF, Rosa Weber. A ministra Cármen Lúcia e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, também estavam presentes. O exemplar foi devolvido na Polícia Federal de Varginha, em Minas Gerais, a 875 quilômetros do Distrito Federal, de onde foi levado. Em depoimento, o designer Marcelo Fernandes Lima disse que levou o livro para que ele não fosse destruído. Também afirmou que pensou em devolvê-lo a algum policial na Praça dos Três Poderes, mas que a situação estava "caótica". É ele quem aparece em um vídeo com a réplica nas mãos, em cima da estátua da Justiça, em frente ao edifício do STF.

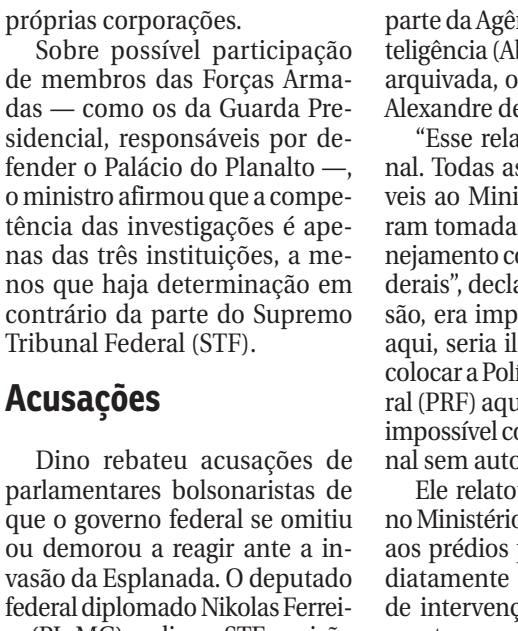
> **Não temos elementos ainda para afirmar que o sr. Bolsonaro é investigado, formalmente falando. Poderemos ter? Em tese, sim, claro"**
>
> ***Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública***

Militares teriam auxiliado na fuga de golpistas

» HENRIQUE LESSA

Fotos: Reprodução





Prints de postagens de extremistas bolsonaristas sobre a postura do Exército

Extremistas bolsonaristas afirmaram em grupos de mensagem que militares avisaram a hora em que eles deveriam deixar o acampamento em frente ao QG do Exército para evitar a prisão pela Polícia Militar, após os ataques terroristas de domingo.

Em áudio atribuído a uma das líderes golpistas, identificada como Ana Priscila Azevedo — vista em vídeos no ataque ao prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) —, ela alerta os seguidores a não criticar o Exército, diz que deve aos militares a sua fuga de Brasília. Ana Priscila seria a criadora de um grupo no Telegram chamado "Queda da Babilônia", que reúne mais de 50 mil participantes.

No áudio enviado no meio da manhã do dia seguinte aos ataques, ela afirma que está em casa graças aos militares, "A gente foi para o enfrentamento lá, depois não dava para ir para o hotel, o único lugar seguro era o QG", conta. "Não fale do Exército, vocês não viveram o que a gente viveu. Se não fosse o Exército, eu não sei o que seria do povo", acrescenta, na mensagem.

Segundo ela, militares permitiram o refúgio após a ação da polícia, que foi impedida de prosseguir dentro do Setor Militar Urbano (SMU). No dia seguinte, integrantes da Força teriam evitado a prisão de muitos criminosos. "O Exército deixou a gente ficar lá, depois o Exército avisou a hora da gente sair. A maioria que foi preso é porque foi teimoso, porque esperou, porque não acatou a ordem do Exército, quando falou: 'Sai, vai embora, agora é hora, eles não estão aqui, depois, as seis da manhã, vai fechar tudo', foi o Exército que avisou a gente", relata.

Ana Priscila só foi presa no final do dia seguinte aos ataques, em Luziânia (GO), a cerca de 60km da capital federal.

Relato

O relato sobre a atuação do Exército é confirmado por participantes de outros grupos. Em uma dessas mensagens, postada cerca de 7h no grupo "Mentes sobreviventes", uma mulher não identificada descreve um comportamento semelhante de supostos militares, nos quais ela diz não ter acreditado.

"Eles chegaram agora, antes da seis da manhã. Vieram cinco homens à paisana aqui, foram de barraca em barraca, dizendo que era para a gente sair daqui, que, lá fora, teria seis ônibus esperando para nos levar embora. Eles me disseram que estavam à paisana para não causar tumulto, mas disseram que são militares. A gente não acreditou, aí e eu fui perguntar para um dos soldados fardados, um dos que estavam enfileirados, e ele falou 'não procede, descarta, não chegou nada para gente disso', inventaram que tinham um decreto que podiam entrar aqui dentro", frisa. "Teve muita gente que acreditou, mas isso é ratoeira. Lá fora, eles vão ser presos, porque vão sair da área de proteção. Mas eles não enxergam, a gente está tentando fazer os patriotas enxergarem que isso é uma armadilha, o Exército está do nosso lado", completa.

No local, segundo estimativas das autoridades, cerca duas mil pessoas estavam na frente do QG do Exército. Com a chegada de mais 100 ônibus a Brasília, cerca de três mil golpistas se juntaram aos acampados. Apesar de grande parte ter buscado refúgio no acampamento após os ataques, apenas 1.500 pessoas foram aprendidas na manhã de segunda-feira.

A operação de cercamento e desmobilização do acampamento foi iniciada às 8h do dia seguinte aos ataques. Durante a madrugada, o SMU não ficou cercado pela polícia. Questionada pelo **Correio**, a assessoria do Exército Brasileiro não respondeu até o fechamento da reportagem.